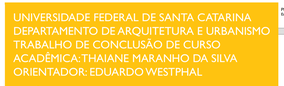
MORADIA É CENTRAL:

aluguel e inserção social no Novo Centro de Maringá-PR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
ACADÊMICA: THAIANE MARANHO DA SILVA
ORIENTADOR: EDUARDO WESTPHAL

AVENIDA JOÃO PAULINO VIEIRA FILHO

Implantação
Escala: 1/750



Com sua criação vinculada a um grande empreendimento agrícola e imobiliário, Maringá foi fundada pela Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná em 1947 e seu planejamento urbano foi baseado em soluções do tipo cidade-jardim. A linha férrea, ao norte, e dois vales, ao sul, foram os pontos de partida para a definição do traçado da cidade. A malha viária do quadriculado formado pelas ruas e avenidas delimita a área central de traçado regular e plano.

Inicialmente, a ferrovia serviu como delimitadora do território da cidade e, ao longo dos anos e com a expansão urbana, passou a dividi-la no sentido Norte-Sul. Com a restrição do pátio de manobras da área e a necessidade de eliminar os cruzamentos de linha férrea com vias importantes para a cidade, se obteve de rebaixamento da linha férrea resultaram na criação da Avenida Horácio Raccanello Filho e do bairro Novo Centro. Ali sentiam se encontra o terminal urbano, que passa atualmente por um processo de ampliação para aumentar sua capacidade e receber um outro modal trem de passageiros.

MARINGÁ E SEU HISTÓRICO DE SEGREGAÇÃO

Após o rebaixamento da linha férrea, o bairro foi dimensionado às construções de alto gabaritos e padrão médio a alto, com instalação de comércios e serviços na base das edificações. Por ser uma cidade jovem, Maringá tem como característica o desapego às memórias urbanas, fazendo com que edifícios históricos cedam lugar a novos empreendimentos. Outro atributo do centro diz respeito aos condomínios fechados de alto padrão, solução que isola e desfaz as relações com a cidade.

O projeto de Habitação de Interesse Social - HIS, no Novo Centro de Maringá, é a materialização de uma crítica construída a partir da inquietação ao ver a cidade se transformar de acordo com o interesse de poucos. A propostas em questão visa reverter a gentrificação imposta nos anos 70, em que famílias de baixa renda ainda habitavam o centro da cidade e foram remanejadas para áreas mais periféricas.

Com base no Estatuto da cidade, que a viabiliza a democratização da política urbana e assegura a isonomia no uso dos espaços públicos, e decidiu de trazer uma HIS para uma área central, evidencia-se o conflito, também, o direito à habitação, especialmente das camadas de mais baixa renda, que trabalham e estudam no centro e gostam tempo e dinheiro para se deslocarem das áreas periféricas. Outro ponto importante que merece destaque ao fere-se à segregação social que exclui a população mais pobre das áreas centrais da cidade.

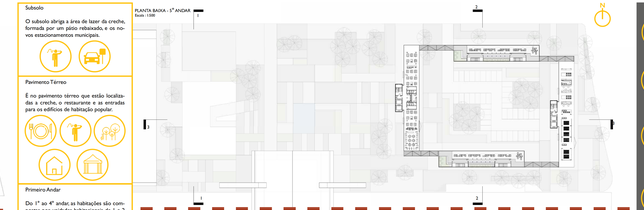
Esquema do traçado urbano da cidade de Maringá
Sem escala

Este trabalho de conclusão de curso tem por objetivo promover uma reflexão sobre a arquitetura e as relações sociais que ela vem sendo produzidas em Maringá desde sua criação. A partir dos estudos feitos, a proposta tem a intenção de projetar um edifício de habitação de interesse social, com temas públicos e de uso público, considerando a necessidade de revitalização do terreno que, atualmente, é utilizado como estacionamento sob administração da prefeitura. Assim, em destaque, o projeto visa propor formas novas relações na cidade, buscando a permanência da população de baixa renda no centro.

A partir da escolha do terreno, o eixo monumental e o novo terminal intermodal foram os principais critérios considerados para o desenvolvimento da proposta. Os estudos volumétricos tinham em comum a criação de um espaço público central, garantindo a passagem e permanência da população, estabelecendo uma nova dinâmica para a localidade.

Devido à dimensão do terreno e à ausencia de fluxos, utilizou-se uma malha esquemática sobre o terreno, a fim de auxiliar a setorização da implantação e, a partir desta, elaborar a proposta volumétrica. Seguindo o gabarito do entorno, optou-se pela criação de duas torres de 15 pavimentos e duas torres de 5 pavimentos, pensadas para manter as relações visuais na escala do pedestre.

O estudo de insolação, realizado a partir de dados climáticos de simulação computacional, foi um fator decisivo para a implantação dos edifícios no terreno os volumes foram dispostos de modo a minimizar o efeito de sombreamento do entorno e dos próprios edifícios projetados no conjunto.



Subsolo

O subsolo abriga a área de lazer da creche, formada por um pátio rebaixado, e os novos estacionamentos municipais.

Pavimento Térreo

É no pavimento térreo que estão localizadas a creche, o restaurante e as entradas para os edifícios de habitação popular.

Primeiro Andar

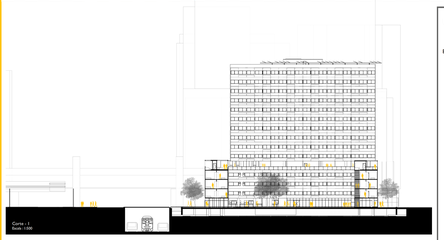
Do 1º ao 4º andar, as habitações são compostas por unidades habitacionais de 1 e 2 quartos, além dos apartamentos acessíveis. Na creche, o primeiro andar abriga salas de aulas e de atividades para as crianças.

5º Andar

No 5º andar, situam-se atividades de caráter público e comunitário, como a permaculcultura na cobertura, área de lavanderia e salão de festas.

Primeiro Andar

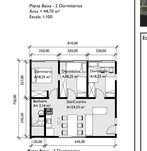
Do 6º ao 15º andar, as habitações são compostas por unidades habitacionais de 2 e 3 quartos.

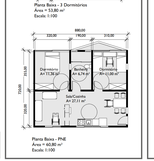


UNIDADES HABITACIONAIS

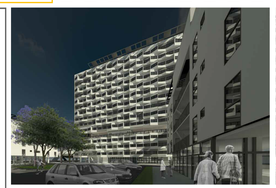
TIPOLOGIAS

Edifício 15 pavimentos





Edifício 5 pavimentos



RESTAURANTE-ESCOLA

Projeto de capacitação profissional e inserção social, com o objetivo de combater o desperdício de alimentos e valorizar refeições a quem não pode pagar por elas.

CRECHE

A inserção da creche tem por objetivo atender a nova demanda que surge com a ampliação da HIS e beneficiar as famílias de baixa renda que trabalham e que cuidam a vizinhança.

PARQUES COMPACTOS ESTAR E PERMANÊNCIA

A ausência de árvores devido à linha férrea e ferrovias cria a demanda de espaços de permanência e lazer na área e quanto. O projeto cria a proposta de parques compactos no sentido de promover o conforto térmico e visual para os usuários do entorno.

HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

A implantação de HIS como localização estratégica e inserção social da população de baixa renda junto à infraestrutura urbana, dinâmicas e vagas com outras classes sociais, promovendo assim, o espaço urbano mais democrático, em contraponto do que tem sido praticado pela municipio, cuja histórico é privilegiar o setor da população que já desfruta de benefícios.

PAVIMENTO COMUNITÁRIO

O 5º andar dos edifícios de habitação foi pensado como um pavimento de inserção que abriga atividades importantes de cotidiano e estabelece uma relação mais direta com a cidade e com os moradores. A proposta é criar uma nova relação no programa do edifício, fazendo com que o ambiente interno de base gerasse uma area permeável, de encontro e convivência, e tempo que libera o terraço para um uso mais público.

PERMACULTURA

A implantação de permacultura no pavimento comunitário visa atuar a escala do edifício, criando espaços e ambientes coletivos para cultivar um ecossistema e produzir alimentos de forma sustentável ao ser-viço e o bem.

FEIRAS

As feiras são atividades que acontecem de maneira organizada em lugar em diferentes da cidade. Seu caráter itinerante, aliado à dinâmica do terreno, fazem do terreno projetado um espaço ideal para acolher uma feira.

ALUGUEL SOCIAL

Para a parcela da população que recebe até três salários mínimos, o acesso à moradia é restrito e as habitações geralmente localizam-se na periferia. O programa Minha Casa Minha Vida amplou o acesso da população de baixa renda à moradia própria, mas poucas mudanças aconteceram em relação à localização destas habitações em relação aos centros urbanos. Enquanto isso, a especulação imobiliária segue seu crescimento e o interesse de poucos, mas influentes, continua sendo privilegiado. Em Maringá, no momento, sendo privilegiado. Em Maringá, a permanência dessa população em áreas centrais. O direito à moradia digna vai além de uma boa estrutura física: significa ter acesso facilitado ao trabalho e aos equipamentos públicos, de saúde e de lazer. Morar dignamente também está relacionado à integração da população com a cidade, à garantia de sua participação na dinâmica e processos de transformação urbana e na facilidade de locomoção. A proposta de habitação de aluguel social surge como uma forma de permitir o acesso da população à cidade, cujo direito é negligenciado, ampliando a relação dessa pessoas com a localidade e sua infraestrutura. É uma alternativa favorável para que a especulação imobiliária não pressione a população beneficiada a se mudar quando há valorização das áreas centrais.

Ao assegurar o **direito à moradia** desvinculado ao **direito à propriedade**, o aluguel social visa propor um caminho pouco explorado em termos de política habitacional, contribuir para desestimular a transferência da população de baixa renda para áreas cada vez mais distantes do centro e diversificar o tipo de atendimento à população.

Outra vantagem dessa estratégia é que o valor do aluguel não é associado ao valor das prestações do custo do imóvel, mas as possibilidades de pagamento das famílias.

USUÁRIO

O projeto visa atender famílias com alto gasto mensal relativo ao aluguel, com preferência a quem trabalha na região central, contribuindo para a economia financeira e redução do percurso casa-trabalho.

5 tipologias
1, 2 e 3 dormitórios

192 unidades habitacionais

Com o objetivo de atender diferentes configurações familiares, a proposta traz cinco tipologias de apartamentos, com capacidade para 824 moradores.